



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2011

Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

Fortaleza, março de 2012



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Néelson Martins de Sousa

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO

Ana Lúcia Lima Gadelha

ELABORAÇÃO

EQUIPE TÉCNICA DE GPR SETORIAL

Christiana Sarmiento Melo

Francisco Cristiano Maciel de Goes

Jorge Pinto Filho

Raphael Coutinho Montezuma

EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG

Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson

Daniele Passos de Lima Albuquerque

Fátima Coelho Benevides Falcão

Francisco José Rodrigues Freire Júnior

Maria Neuman Ribeiro Moreira

Christiane de Sousa Peixoto – Apoio técnico

COLABORAÇÃO TÉCNICA SEPLAG

Antenor Barbosa Filho

José Ricardo Sobreira de Oliveira

Maria Carmelita Sampaio Colares

Sofia Beatriz de Pontes Vieira

Wilmar Bezerra dos Santos

SUMÁRIO

POLÍTICA SETORIAL

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

1. RESULTADO SETORIAL: FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA E ÁGUA PLENAMENTE ATENDIDA; ETNIA, GERAÇÃO, GÊNERO

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.2. Relação Produto-Resultado

1.1.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

1.1.2. Influência Produto-Resultado

2. RESULTADO SETORIAL: AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA E SUSTENTÁVEL

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

2.2.2. Influência Produto-Resultado

3. RESULTADO SETORIAL: PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE QUALIDADE, SUFICIENTES, SEGUROS E COMPETITIVOS

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

3.2.2. Influência Produto-Resultado

4. RESULTADO SETORIAL: INFRA-ESTRUTURA PARA AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA

4.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 4

4.2. Relação Produto-Resultado

4.1.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

4.2.2. Influência Produto-Resultado

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

III. LIÇÕES APRENDIDAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS Janeiro a Dezembro de 2011

Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

POLÍTICA SETORIAL

A política para a área do desenvolvimento agrário tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

Para atingir tais objetivos, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA definiu diretrizes de atuação com base nas seguintes estratégias: universalizar às famílias agricultoras de base familiar, a assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização; implementar a abordagem territorial como enfoque para o desenvolvimento rural sustentável e solidário; democratizar o acesso à terra e promover o desenvolvimento agrário; fomentar a produção, o beneficiamento e a justa comercialização dos produtos da agricultura familiar; garantir segurança alimentar e nutricional; garantir a igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia para o desenvolvimento com inclusão social; garantir educação, arte e cultura para a cidadania; e desenvolvimento Institucional.

O crescente reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado e pela sociedade se expressa nas políticas públicas e na legislação específica, destacando-se a Lei da Agricultura Familiar; o Programa Nacional de Habitação Rural; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF; Garantia-Safra; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER; o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE dentre outros. Constata-se ainda a adequação do Sistema de Vigilância Sanitária e a efetivação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA. São destaques ainda Educação do Campo, a titulação conjunta da terra para homens e mulheres e a política de previdência social para os segurados especiais.

A política de Desenvolvimento Rural Sustentável, desenvolvida no Estado do Ceará, por meio da SDA e suas vinculadas (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI, Centrais de Abastecimentos do Ceará S/A - CEASA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE e Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE), coaduna-se com a política do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Tem como foco tratar sobre reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares; e, identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Dessa forma, procura-se, assegurar ampla participação dos diferentes segmentos representativos da sociedade no processo de construção de políticas públicas direcionadas para o setor.

O Sistema Estadual da Agricultura – SEA vem realizando atividades de implantação de programas e projetos voltados à articulação e fortalecimento dos Colegiados Territoriais; de apoio às feiras e eventos da agricultura familiar e da socioeconomia solidária; capacitação, crédito e políticas de incentivo à justa comercialização; de democratização do acesso à terra e do desenvolvimento agrário; de segurança alimentar e nutricional, ampliando os Programas de Aquisição de Alimentos – PAA; e de construção de cisternas de placas. Além disso, tem implementado ações de promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e do desenvolvimento com inclusão social; de incentivo à arte e cultura para a cidadania, voltados à educação do campo, com apoio às escolas agropecuárias, e à implantação de arca das letras/bibliotecas rurais e casas digitais; e tem ampliado e fortalecido o desenvolvimento institucional, através de parcerias com as diversas Secretarias do Governo do Estado, com os movimentos sociais e sindicais do campo e com entidades representativas da sociedade civil organizada.

No setor da pecuária, os resultados estão voltados para garantir a sustentabilidade e melhoria da renda dos agricultores familiares. Os produtores de leite bovino estão sendo adaptados à Instrução Normativa, que visa à melhoria da qualidade do leite produzido e consumido, com a instalação de tanques de resfriamento de leite.

A SDA, por meio da EMATERCE, executa as políticas públicas dos Governos Estadual e Federal, voltadas para o meio rural, focadas na agricultura familiar, implementando ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, visando transformar o perfil da agropecuária do Estado do Ceará com incremento da produtividade, na perspectiva agroecológica e no desenvolvimento rural sustentável. As ações realizadas são alicerçadas no Planejamento Estratégico, construído de forma participativa com os agricultores/as familiares e demais atores do setor primário da economia do Estado, observando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, coordenada pelo MDA.

As ações de ATER, além de serem instrumentos para disponibilizar aos agricultores familiares as políticas públicas de apoio à produção, propiciaram melhor convivência com o semiárido, diminuição das agressões ambientais, maior produção e oferta de alimentos, garantindo a segurança alimentar e nutricional, geração de emprego e renda e a consequente redução da pobreza rural, com a inclusão social dos agricultores e agricultores familiares assistidos.

A ADAGRI tem como importante desafio elevar o *status* sanitário de Febre Aftosa de Médio Risco para “Livre com Vacinação”, bem como, impedir ou minimizar os efeitos quando do surgimento e/ou introdução de pragas dos vegetais no Estado. Com suas ações de fiscalização e educação sanitária na área animal, tem conseguido dar importante contribuição para o combate à febre aftosa, e outras doenças de notificação obrigatória.

As ações desenvolvidas pela ADAGRI, na área da sanidade animal e vegetal, têm dado suporte ao desenvolvimento agropecuário do Estado do Ceará, contribuindo para a geração de emprego e melhoria na comercialização com outros Estados e além fronteiras. Com a participação em eventos como feiras, exposições, vaquejadas entre outros, a ADAGRI vem demonstrando a sua importância não apenas sobre o aspecto sanitário, mas também econômico e fiscal, contribuindo sobremaneira na melhoria da qualidade de vida da população cearense e no desenvolvimento do Estado.

O IDACE promove a regularização fundiária, através da titulação das posses levantadas e da disponibilização de plantas e memoriais descritivos, aos proprietários de terras escrituradas para retificação de área junto ao Cartório de Registro Imobiliário. Para maior agilidade implantou, em parceria com o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o cadastro georreferenciado de 90.889 imóveis rurais.

No que tange à comercialização, a Central de Abastecimento do Estado do Ceará/CEASA-CE tem buscado a descentralização da comercialização hortigranjeira via entrepostos atacadistas localizados em Maracanaú e Cariri, promovendo o fortalecimento da comercialização local.

A implementação das políticas públicas no âmbito do desenvolvimento agrário vem produzindo gradualmente melhoria no patamar dos principais indicadores analisados a seguir.

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%) 2011/2006
SDA							
1. Função social da terra e água plenamente atendida; etnia, geração, gênero							
Nº de famílias beneficiadas com o título de propriedade	4.151	1.907	4.624	7.619	14.893	17.440	320,14
Nº de famílias assentadas	361	504	372	164	323	260	-27,98
2. Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável							
Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio	40,0	40,6	35,9	37,7	48,3	51,46	28,65
3. Produtos agropecuários de qualidade, suficientes, seguros e competitivos.							
Animais vacinados contra febre aftosa (%)	93,16	91,27	88,97	86,78	87,51	92,2	-1,03
Produção de grãos (mil ton.)	1.145,5	577,1	1.130,2	779,9	330,8	1.294,3	12,99
4. Infra-estrutura para Agricultura Familiar Fortalecida							
Percentual de área irrigada no Complexo Castanhão (Mandacaru, Curupati e Alagamar) ⁽¹⁾	0,0	16,3	16,3	16,3	48,3	48,3	196,32
Nº. de famílias beneficiadas com cisternas	1.685	734	471	13.450	4.313	23.099	1.270,86
Nº. de famílias beneficiadas com projeto d'água	23.208	6.113	19.400	15.301	11.867	9.685	-58,27

(1) Variação 2010/2007.

1. RESULTADO SETORIAL: FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA E ÁGUA PLENAMENTE ATENDIDA; ETNIA, GERAÇÃO, GÊNERO

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.1.1. N° de Famílias Beneficiadas com o Título de Propriedade

O Indicador expressa o percentual de famílias rurais beneficiadas com títulos de propriedades da terra e reconhecimento de domínio, tendo como base de construção o Levantamento Cadastral de Ocupações – DAS/IDACE (Notas Metodológicas sobre os Indicadores de Resultados 2011 – DAS/ DAS/SEPLAG).

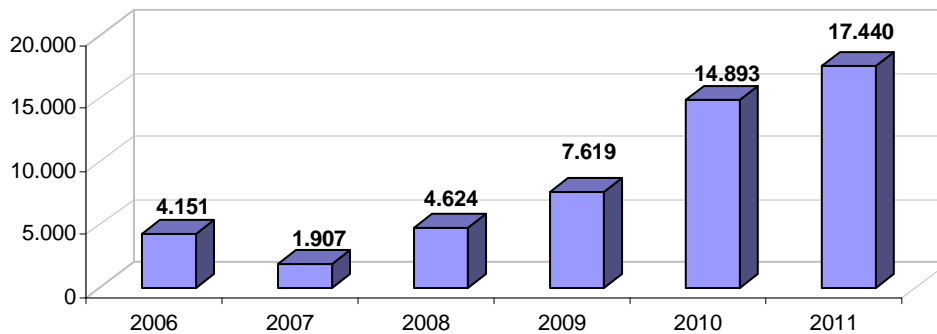
O número de famílias beneficiadas com título de propriedade atingiu 17.440 em 2011 e 4.151 em 2006, com significativo incremento de 320,14% no período, significando em termos absolutos que foram contempladas 50.634 com titulação de imóveis no período 2006-2011. Essa evolução no período foi impulsionada pelos convênios firmados entre a DAS/ IDACE, para a realização de cadastro georreferenciado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA . Com o título de propriedade, os produtores (as) têm acesso aos diversos programas governamentais, entre os quais o seguro safra e assistência técnica, que são instrumentos indispensáveis para viabilizar a produção e as condições de mercado e segurança para os agricultores (as).

O Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária é um importante ferrameta que possibilita o reordenamento agrário e o fortalecimento das ações de democratização do acesso à terra, pois tem como foco na segurança jurídica do patrimônio fundiário do (a) agricultor (a) familiar e a extinção da grilagem de terras no espaço rural. No período de 2006 a 2011, foram realizados 89.896 cadastros de imóveis rurais de uso múltifinalitário, em 61 municípios.

Estima-se o crescimento desse indicador, em razão do apoio dado pelos Governos do Estado e Federal na ampliação do Programa de Ação Fundiária, via processo de Cadastro e Regularização Fundiária, de forma a contemplar todos os municípios do Estado.

Os bons resultados alcançados, em termos de cadastro reofereenciado, estão servindo de modelo para os demais Estados, onde também já estão executando essas atividades, entre os quais estão Pernambuco; Rio Grande do Norte; Sergipe; Alagoas; Minas Gerais e São Paulo, tornando o IDACE um Órgão de referência nesta área.

Nº de famílias beneficiadas com o título de propriedade



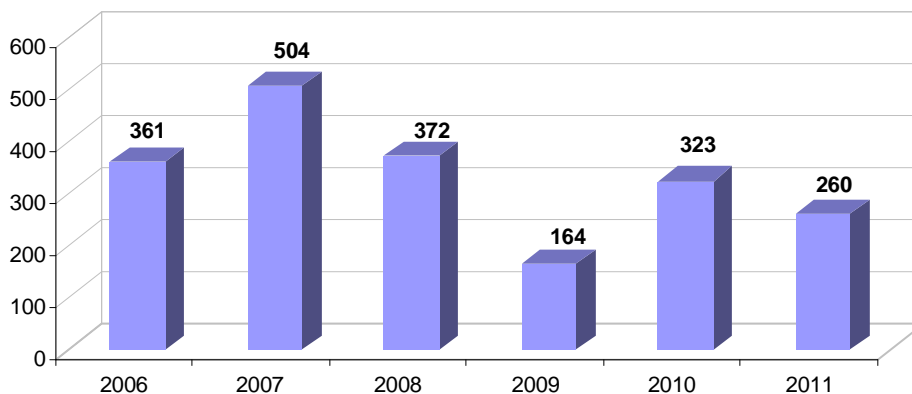
1.1.2. Nº de famílias assentadas

São consideradas famílias assentadas àquelas que pertencem à agricultura familiar, sem terra ou com pouca terra, que tiveram acesso ao imóvel por meio de financiamento via Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

O desempenho do indicador mostra declínio, com 260 famílias assentadas em 2011 e 361 em 2006, apresentando queda de – 27,9% no período. Entre os fatores influenciadores desse desempenho podem ser citados os seguintes: baixo desempenho quantitativo do Programa de Democratização do Acesso a Terra (060), que tem como instrumento para atingir suas metas, o Crédito Fundiário sobre o qual é importante considerar os pontos:

- 1) A complexidade do Crédito Fundiário na sua implementação, em razão do envolvimento de vários parceiros com atribuições distintas, dependentes uns dos outros, acarretando dificuldades e morosidade no fluxo operacional (MDA, DAS/ EMATERCE/IDACE, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável- CMDS, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural- CEDR, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STTR's, Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará- FETRECE, Agentes Financeiros e Entidades credenciadas pelo MDA);
- 2) Dificuldade de apresentar documentação em tempo hábil para pleitear o seguro safra (vendedor, beneficiários e associação), pois o acesso exige um processo burocrático que utiliza financiamento com recurso público e exige o cumprimento das normas legais;
- 3) A constante adequação às mudanças provocadas pela revisão dos normativos e implementação de novas resoluções, que acarreta diminuição no ritmo de contratação das propostas, em razão da demora da absorção dessas novas regras pelos parceiros e beneficiários;
- 4) As restrições cadastrais do público beneficiário;
- 5) Insuficiência dos recursos humanos na COCRED/UTE para acompanhamento e execução das ações;
- 6) Insuficiência na quantidade de demandas apresentadas pelas entidades parceiras;
- 7) Dificuldades tempestiva de ordem administrativa na operacionalização dos recursos financeiros;

Nº de famílias assentadas



1.2. Relação Produto-Resultado

A regra utilizada para avaliar o desempenho financeiro dos programas e a execução física dos produtos em relação ao cumprimento de metas, considera os seguintes critérios: Desempenho Positivo: realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: realizado situar-se entre 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: realizado menor que 50% da meta.

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

O resultado setorial “**Função social da terra e água plenamente atendida; etnia, geração, gênero**” é vinculado aos programas de governo **Democratização do Acesso a Terra (060)** e **Ação Fundiária (154)** e produtos associados, analisados a seguir:

Democratização do Acesso a Terra (060) – Tem como objetivo viabilizar imóveis para trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, por meio de financiamentos para compra de terra e financiamento de infra-estrutura para os assentados; Garantir um nível mínimo de impacto para as famílias atingidas por obras públicas, atendendo itens básicos para esse fim, resultantes da intervenção das políticas governamentais e de parcerias institucionais e privadas.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 2.085.885,00 em 2011 e realização financeira de R\$ 251.185,62(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho bastante aquém do desejado, equivalente a 12,04 %, realizando ação de acesso à terra com apoio do crédito fundiário. O desempenho dos produtos com as metas previstas e realizadas está explicado a seguir:

“Família atendida” - produto aferido pelo seguinte indicador de produto “Nº. de famílias beneficiadas com acesso à terra e crédito fundiário” (Meta:1.000; Realizado: 260) – o produto posicionou-se aquém do desejado, com execução de apenas 26,00% da meta prevista, decorrentes das seguintes dificuldades: Por se tratar de financiamento é

exigida documentação de todos os atores envolvidos (beneficiários, associação, proprietários) e do imóvel (CCIR, ITR CND, escrituras atualizadas e com retificação de área, quando é o caso), gerando problemas quanto à habilitação desses documentos; restrições cadastrais dos beneficiários (as); fluxo lento de tramitação dos processos; mudanças nas regras do Programa, com alteração nas condições de financiamento, acarretando retrabalho nos processos em tramitação (Relatório de Acompanhamento de Produtos, 2011 - SDA/SEPLAG). Apesar de tais dificuldades, o Ceará posicionou-se em 4º lugar no Nordeste e o 9º lugar no Brasil entre os 21 Estados que executaram o Crédito Fundiário em 2011, em número de famílias beneficiadas.

Ação Fundiária (154) – Tem como objetivo promover a gestão e ordenamento fundiário do Estado, com iniciativas voltadas para o Cadastro Técnico de Imóveis Rurais (conhecimento da malha fundiária estadual), regularização das posses, reordenamento (reorganização e redistribuição fundiárias), apoio ao reassentamento de trabalhadores rurais e gestão de assentamento.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 46.494.350,48 em 2011 e realização financeira de R\$ 25.102.500,69 (SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho aquém do desejado, equivalente a 54,00 % de execução, realizando ações de gestão de assentamento, apoio ao reassentamento de trabalhadores rurais, regularização fundiária, cadastro técnico de imóveis rurais e apoio às atividades de ação fundiária no Estado. O desempenho do produto com a meta prevista e realizada está explicado a seguir:

“Imóvel Cadastrado” (Meta: 55.249: Realizado: 57.899) - o produto superou a meta prevista em 4,79%, perfazendo um total de 57.899 cadastros de imóveis rurais. Vale ressaltar que o Projeto Cadastro de Imóveis Rurais de uso múltiplo é um importante instrumento para nortear as políticas municipais e Regularização Fundiária dos imóveis rurais, com a identificação de estoques de terras e são necessários na implantação de projetos de redistribuição promovendo a função social da terra.

“Imóvel regularizado” (Meta: 26.173: Realizado: 25.000) – o produto apresentou desempenho positivo com execução de 95,90% da meta prevista, viabilizada pela preparação de 25.100 títulos de propriedade. Desta forma em ambos os produtos o desempenho foi positivo, uma vez que ultrapassaram 70% da meta programada para o ano de 2011.

1.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

Para buscar o resultado setorial **Função Social da Terra e da Água Plenamente Atendida; Etnia, Geração e Gênero** foram implementados dois indicadores que apresentaram o seguinte desempenho: “Nº de famílias assentadas” e Nº. de famílias beneficiadas com título de propriedade. Com relação ao primeiro indicador, os dados mostram que o desempenho posicionou-se aquém do desejado, com decréscimo de – 27,98% no período 2006-2011. Esse declínio foi influenciado pelas dificuldades de obtenção do crédito fundiário, principalmente pela multiplicidade de parceiros envolvidos no processo, morosidade do fluxo operacional de concessão, mudanças constantes nas regras do programa e problemas com a habilitação dos documentos exigidos

para o financiamento aos beneficiários a concessão do crédito fundiário aos produtores (as). O indicador “Nº. de famílias beneficiadas com título de propriedade” mostrou evolução positiva, com significativo crescimento de 320,14% no período 2006- 2011. Como fator positivo para impulsionar esse crescimento cita-se a implementação do Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária que realizou 89.896 cadastros de imóveis rurais de uso múltifinalitário, em 61 municípios no período 2006 – 2011. Esse cadastro é um importante ferramenta que possibilita o reordenamento agrário e o fortalecimento das ações de democratização do acesso à terra, pois tem como foco na segurança jurídica do patrimônio fundiário do (a) agricultor (a) familiar e a extinção da grilagem de terras no espaço rural.

Do ponto de vista da execução orçamentário-financeira dos programas que suportam o resultado, os dados mostram que a realização dos programas em 2011 foi a seguinte: Democratização do Acesso à Terra(060) ,com 12,04% e Ação Fundiária que executou 54,00%, apresentando ambos realização financeira aquém do esperado, sem no entanto prejudicar desempenho dos produtos, fator que confirma a necessidade de fortalecimento das ações governamentais nesse âmbito.

Em termos da relação produto-resultado, verifica-se que não obstante o balanço de realização dos produtos via execução das metas tenha sido bastante positivo, pode-se inferir que considerando a abrangência do resultado setorial, é necessário consolidar fortemente as ações referentes a esse resultado, para que seja possível avançar com mais celeridade no atendimento aos produtores (as) nessa questão fundamental da democratização do acesso à terra.

2. RESULTADO SETORIAL: AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA E SUSTENTÁVEL

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.1.1. Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio

A nova visão do meio rural não o considera apenas como espaço de produção agrícola, mas destaca a agricultura familiar e as comunidades tradicionais como atores dinâmicos de uma política de desenvolvimento do Brasil rural, que seja capaz de alavancar um conjunto de medidas integradas que produzam desenvolvimento socioeconômico articulado à justiça e inclusão social, garantia da segurança alimentar e nutricional, respeito ao meio ambiente e preservação do patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza Rural – CODET tem adotado em consonância com o Governo Federal, a abordagem estratégica de Território Rural, vendo o território como um espaço dinâmico que compreende áreas rurais e urbanas, com uma diversidade de atores sociais, que possuem um profundo sentimento de identidade sociocultural e grande capacidade de se organizarem em busca de um projeto de desenvolvimento sustentável.

O indicador “*Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio*” representa o percentual de agricultores familiares assistidos pela EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Ceará, em relação ao total de agricultores familiares do Estado. Segundo o último Censo Agropecuário (2006), o Ceará possui 381.014 estabelecimentos rurais e destes 341.510 são ocupados por agricultores familiares.

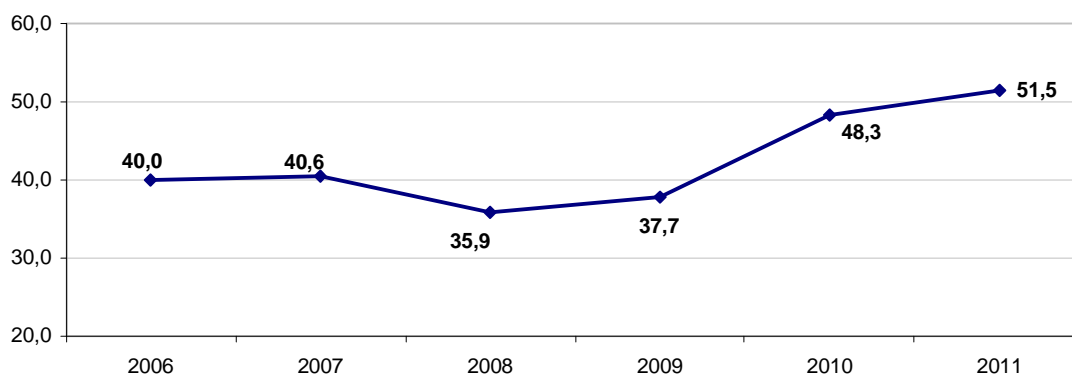
As ações de assistência técnica e extensão rural realizadas pela EMATERCE beneficiam, em todos os municípios, uma representativa parcela destes agricultores familiares de forma intensiva, na assistência técnica a suas cadeias produtivas (agricultura de sequeiro, agricultura irrigada, pecuária, atividades não agrícolas), em ações estruturantes (crédito rural, crédito fundiário, projeto São José, convivência com o semiárido) e integradoras (agroindústria, comercialização, gestão sócioambiental, organização e formação) em nível de imóvel, associações, grupos de produtores e comunidades, utilizando metodologias participativas.

Considerando-se o ano de 2006, como o ano base, quando foram assistidos 136.869 agricultores familiares, verifica-se uma evolução positiva, no número de agricultores assistidos, para 179.891, no ano de 2011, correspondendo a 51,47 % do total dos existentes no Estado, o que representa 28,65 % de variação positiva com relação ao ano de 2006.

Ressalte-se que o bom nível de alcance das metas deve-se, em primeiro lugar, à boa quadra chuvosa do ano, que propiciou um grande estímulo aos agricultores, tendo como consequência, o aumento de demanda pelos serviços ATER, ocasionando o aumento da abrangência do público.

Outro fator que contribuiu para o acréscimo na abrangência foi o aumento do número de Postos Avançados (bases físicas de apoio aos Escritórios Locais), num total de 31 (trinta e um) localizados nos diversos municípios e regiões do Estado, oportunizando um incremento nas áreas de atuação, contribuindo para que um maior número de agricultores tivesse acesso mais fácil aos serviços da EMATERCE.

Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ação de apoio



2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde

o realizado se situa no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (064) - Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA's são ferramentas extremamente importantes para os assentamentos no que concerne o planejamento e gestão, além da identificação das demandas existentes que possuem elementos inerentes para o atendimento no que tange as políticas públicas existentes para o desenvolvimento dos assentamentos estaduais. O Plano é elaborado considerando a realidade de cada uma das famílias, em relações face-a-face, favorecendo o fortalecimento dos territórios de cada assentamento.

Em sua estrutura duas partes são importantes destacar, que interligam as dimensões econômica, sócio-cultural e ambiental: a programação, na qual consta o contexto territorial, o diagnóstico da realidade do assentamento, expresso em uma matriz de planejamento com as potencialidades, os problemas, as oportunidades e ameaças, bem como aspirações das famílias e sua visão de futuro, contendo as opções estratégicas para o desenvolvimento dos assentamentos; e uma agenda de compromisso, das famílias e de instituições governamentais e não governamentais, nas esferas municipal, estadual e federal.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 4.840.690,00 em 2011 e realização financeira de R\$ 2.112.481,80 (SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho aquém do desejado, equivalente a 43,6 %. Este baixo desempenho deveu-se à ação relativa aos planos de recuperação e desenvolvimento do assentamento que previa orçamento de R\$2.447.461,00 e só foi empenhado R\$15.581,80. Quanto à ação de “Apoio à implantação de ação rural nos assentamentos” foi executado 85,2% dos R\$1.494.829,00 constantes do orçamento. O desempenho dos produtos com as metas previstas e realizadas está explicado a seguir:

“Plano elaborado (recuperação e desenvolvimento do assentamento)” (Meta: 100; Realizado: 0), que, embora tenha uma grande importância, como citado anteriormente, não puderam ser elaborados e implementados em função da não disponibilidade de recursos em tempo hábil, o que provocou um impacto negativo; e “Habitação construída em mutirão” (Meta:1.000; Realizado: 183), teve um desempenho negativo por ter atingido apenas 18,3% do previsto.

O indicador de produto referente ao nº de habitações construídas em mutirão, é parte da infra-estrutura básica e social do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF. O seu desempenho fica vinculado ao desempenho do PNCF. No ano de 2011 o baixo desempenho do produto ocorreu em virtude dos seguintes entraves: dificuldades na formalização dos convênios com as associações beneficiárias; Cumprimento as exigências da lei nº. 13.553/2004; Inadimplência das associações; e Pendências na documentação das associações. Portanto pelos números apresentados, os impactos foram negativos, pela não liberação dos recursos no tempo hábil, mas deve-se ressaltar a importância do programa para a fixação das famílias nos assentamentos, bem como o estímulo à organização e produção.

Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR - São José II (153) - Os subprojetos produtivos compreendem mecanização agrícola e várias iniciativas produtivas que abrangem desde subprojetos de fruticultura

irrigada, pecuária, piscicultura, apicultura, beneficiamento da produção agrícola e pecuária até subprojetos não agrícolas como confecção de redes, artesanato e outros. Sua principal característica é o apoio ao empreendedorismo local, ou seja, o fortalecimento de atividades produtivas já existentes.

A partir de 2007, diante da preocupação com o meio ambiente, todos os acessórios dos tratores financiados foram direcionados para práticas de *captação in situ*. Esta tecnologia consiste no preparo de solo, associada à captação e armazenamento da água da chuva por meio de sulcos, favorecendo a retenção da umidade no perfil do solo por mais tempo, com melhor aproveitamento pelas plantas. Esta técnica conserva o solo e gera mais disponibilidade de água para as plantas, aumentando a resistência às estiagens. O trator agiliza as práticas agrícolas, o preparo para o plantio das áreas em menos tempo e libera mão-de-obra para outras atividades.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 32.899.279,00 em 2011 e realização financeira de R\$ 24.912.706,01(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 75,7%. As principais ações desenvolvidas foram direcionadas ao financiamento de subprojetos de infraestrutura, produtivos e sociais. O desempenho dos produtos com as metas previstas e realizadas está explicado a seguir:

O produto acompanhado “Família rural beneficiada com subprojeto produtivo” (Meta: 13.498; Realizado: 6.661), alcançou realização de 49,35% da meta prevista para 2011. N

No parâmetro de avaliação do cumprimento de metas anuais, esse desempenho é considerado negativo e pode ser justificado porque a meta prevista foi estimada para projetos de Mecanização Agrícola e outras atividades produtivas agrícolas e não agrícolas no meio rural e os recursos disponíveis alocados no MAPP para projetos produtivos em 2011, foram priorizados para subprojetos de Mecanização Agrícola.

Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (127) – Agricultores Assistidos são todos aqueles agricultores e agricultoras familiares, que receberam assistência técnica e extensão rural (ATER) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, tanto nos aspectos tecnológicos das cadeias produtivas das culturas e criações, como nos aspectos da organização da produção e da organização social.

Pode-se considerar o ano de 2011, como de bom desempenho da ação da EMATERCE, visto que se obteve uma boa rentabilidade das culturas e criações dos agricultores e agricultores assistidos, em função da regularidade da distribuição de chuvas, influenciada também pela apropriação das tecnologias difundidas pela Ematerce.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 29.130.207,00 em 2011 e realização financeira de R\$ 20.265.103,98 (SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho no limite do satisfatório (superior ou igual a 70%), equivalente a 69,6 %. Podem-se destacar as ações de “assistência técnica e extensão rural – agente rural” e de “expansão e aperfeiçoamento de ATER”.

O produto “Produtor/produtora assistido” (Meta: 165.213; Realizado: 179.891), teve desempenho positivo superando a meta em 8,9%. Em termos percentuais foram assistidos 51,5% do total de 349.510 agricultores familiares existentes nos 184 Municípios do Estado.

Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa (017) – Em virtude da criação da nova Secretaria da Pesca e Aquicultura (SPA), as atividades deste Programa foram transferidas para a referida Secretaria, portanto este ano foi dado prioridade na estruturação da nova Secretaria. Mesmo assim, o produto “Açude e barragem repovoados” (Meta: 1.311; Realizado: 328), ainda alcançou 25,0% das meta prevista com 328 açudes e barragens repovoados.

Com relação à execução orçamentária, em função da transferência do Programa para a SPA, foi orçado para a SDA apenas R\$86.000,00 para ação de “apoio às atividades aquícolas e de pesca”, tendo sido empenhado R\$83.761,02, ou seja, 97,4%.

Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040) – tem como objetivo combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, Viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na piscicultura familiar, mediante o acesso ao crédito, pesquisas, assessoria técnica, extensão rural, novas tecnologias, etc; Possibilitar a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra-estrutura produtiva e social no meio rural; Buscar a participação dos agricultores familiares em capacitações, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do Programa.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 121.861.841,33 em 2011 e realização financeira de R\$ 108.134.290,61 (SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 87,1 % de execução, realizando principalmente ações de implantação de infraestrutura básica e hidroagrícola, segurança alimentar e contrato de regime de cogestão para a democratização do acesso à terra. Os dois produtos executados pelo programa são respaldados pelas ações de segurança alimentar e nutricional e de capacitação e qualificação de pessoas.

O produto “*Família beneficiada com segurança alimentar e nutricional*” é avaliado por dois indicadores “Número de famílias beneficiadas (Fome Zero)” e “Nº de famílias beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA”.

O indicador: “número de famílias beneficiadas (Fome Zero)”, (Meta: 58.277; Realizado: 72.450), tem como objetivo fortalecer o setor produtivo (bovinocultura e caprinocultura leiteira) através da aquisição de leite com garantia de preço durante todo o ano, inserindo o pequeno agricultor familiar produtor de leite no mercado formal. O Programa distribui leite diariamente para crianças de 02 (dois) a 07 (sete) anos de idade, gestantes, idosos e nutrízes, todos em estado de insegurança alimentar e nutricional e que possuam renda per capita familiar de até ½ salário mínimo, sendo beneficiados diariamente com a doação de 01 litro de leite. O Programa Leite Fome Zero desde a sua implantação no Estado do Ceará, desempenha atividades de incentivo à produção e ao consumo de leite, fortalecendo assim a cadeia produtiva do leite e garantindo emprego e renda ao agricultor familiar, bem como reduzindo a fome e desnutrição da população carente que se encontra em estado de insegurança alimentar e nutricional. Pode-se observar o resultado positivo da realização da meta devido à ampliação do Programa no segundo semestre de 2011, que passou para uma cota de aquisição e distribuição de 100.000 litros de leite diários,

sendo 95.000 litros de leite bovino e 5.000 litros de leite caprino. Destaca-se que este resultado foi alcançado devido ao trabalho da Secretaria do Desenvolvimento Agrário que durante o período de 2008 a 2011 distribuiu 71.354.422 litros de leite, em 179 municípios cearenses. Ressalta-se ainda, a importância das parcerias com os atores envolvidos na execução do Programa no Estado do Ceará (prefeituras municipais, CONSEA's, (estadual e municipal), SDA/COAPE, EMATERCE e Instituto Agropolos do Ceará), os quais contribuíram de forma positiva para que, o Programa fosse destaque no ano de 2011 entre todos os Estados conveniados com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, na modalidade PAA – Aquisição e Distribuição de Leite.

O indicador “*Nº de famílias beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*” (Meta: 19.979; Realizado: 55.628) consiste de famílias beneficiadas com segurança alimentar e nutricional Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. O convênio celebrado entre o Governo Federal e o Governo Estadual, sendo executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza – MDS e a Secretária do Desenvolvimento Agrário – SDA foi implantado em 2009, atendendo 36 municípios dos Territórios da Cidadania e beneficiando 934 agricultores com a aquisição da produção. Em 2010 o PAA beneficiou 40.289 famílias em estado de insegurança alimentar e nutricional e em 2011 esse número passou para 55.628 famílias, ultrapassando a meta em 178,4%, tendo desempenho positivo conforme parâmetro de avaliação do cumprimento de metas anuais. A superação da meta ocorreu em função de entidades tais como: hospitais, pólos de atendimentos, centro de referência da assistência social e outros, complementando as refeições servidas às entidades socioassistenciais locais, tendo como principal determinante a ampliação das centrais de distribuição em 4 (quatro) territórios da cidadania. Os alimentos doados chegam às entidades suplementando ou regionalizando o cardápio das entidades beneficiadas. Com isso, a alimentação servida aos beneficiários é constituída de produtos da sua região como galinha caipira, carne de caprino, carne de ovino, peixe, hortifrutícolas e outros.

O produto “*Produtor Beneficiado com capacitação*” (Meta: 2.000; Realizado: 3.522), considerando-se apenas o produtor beneficiado com capacitação ofertada pela Coordenadoria de Desenvolvimento territorial I- CODET, superou sua meta em 76,1%, tendo portanto resultado positivo. No entanto, graças à ampliação das parcerias realizadas entre a SDA, demais instituições vinculadas como a EMATERCE e entidades da sociedade civil organizada (sindicatos de trabalhadores rurais, conselhos de direitos e do desenvolvimento rural, entidades socioassistenciais, etc.), foi possível beneficiar 68.436 produtores. As capacitações se referem aos treinamentos e cursos com o objetivo de melhorar o desempenho das atividades dos agricultores familiares, contribuindo para a geração de emprego e renda no campo.

Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053) – tem como objetivo promover, estimular e implementar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável de agricultores e agricultoras familiares.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 62.520.075,07 em 2011 e realização financeira de R\$ 47.305.298,24(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 75,7%. As principais ações desenvolvidas foram direcionadas à distribuição de sementes e mudas, apoio ao desenvolvimento de

biodiesel, apoio aos agricultores de base familiar atingidos pela estiagem – Garantia Safra, assistência técnica aos agricultores de base familiar – PRONAF e fomento ao crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Os produtos implementados pelo programa vinculado ao resultado pretendido referem-se principalmente às ações de apoio aos agricultores da base familiar - Garantia Safra, Práticas agrícolas e apoio ao desenvolvimento do biodiesel, que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: “*Produtor aderido – Seguro Safra*” (Meta: 300.000; Realizado: 272.581) atende aos agricultores garantindo a produção, atingindo 90,9 % da meta prevista. Contribuíram para o não atingimento pleno da meta os seguintes fatores: i) não pagamento de boletos, contribuição dos agricultores que caracteriza a sua adesão; ii) aplicação da resolução N° 04 de 05/08/2010 do Comitê Gestor do Garantia Safra, reduzindo o número de agricultores aderidos em consequência do condicionamento das adesões ao número de estabelecimentos da agricultura familiar do Censo Agropecuário de 2006 e iii) trabalho de melhoramento da qualificação do acesso de agricultores, para seu enquadramento nos critérios exigidos pelo Garantia Safra; “*Produtor beneficiado com o Projeto Biodiesel*” (Meta: 24.192; Realizado: 22.458), com desempenho positivo, atingindo 92,8% da meta física prevista e 88,84% dos recursos financeiros, contribuindo para este desempenho a boa divulgação do projeto, aliada aos compromissos assumidos e cumpridos pelo Governo do Estado e parceiros. Vale ainda salientar que o projeto Biodiesel vem contribuído para a inclusão social de agricultores familiares. A safra neste ano agrícola proporcionou um recorde de produção no Estado registrando 1.294,8 toneladas de grãos, proporcionando um Valor bruto de produção – VBP – de R\$ 1.078.288,00. No que se refere ao Projeto de Práticas Agrícolas, tendo como produto “*Área assistida com práticas agrícolas*” (Meta: 0; Realizado: 0), que ficou prejudicado porque os recursos só foram liberados em outubro de 2011 se tornando inoportuna a implementação destas práticas este ano. Entretanto, convênios foram firmados, sendo que as áreas com estas práticas serão implantadas a partir de janeiro de 2012.

2.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

Para trabalhar pelo o resultado setorial **Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável** foi definido o indicador **Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio** que, apesar de ter apresentado declínio em 2008 quando comparado a 2006 (-10,2%) e 2007 (-11,6%), começa a crescer a partir deste ano, alcançando em 2010 incremento de 20,7% e em 2011 28,7% em relação ao ano base de 2006. O crescimento em 2011 chegou a 43,5% quando comparado a 2008.

Em termos de bens e serviços ofertados via programas de governo para atingir o resultado pretendido, observa-se que os programas que suportam o resultado mencionado do ponto de vista da execução física, representados pelos programas Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (064), Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará - PCPR (153), Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (127), Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa (017), Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040) e Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053), contribuíram positivamente para a recuperação do indicador de

resultado “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio” a partir de 2008, por meio da implementação de 11 indicadores de produtos estratégicos, dos quais 06 apresentaram desempenho positivo, 01 teve desempenho neutro e 04 negativos. Vale ressaltar o indicador “nº de açudes e barragens repovoados” não foi considerado nesta contagem porque as atividades do Programa Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa (017), foram transferidas para a recém criada Secretaria da Pesca e Aquicultura (SPA).

Para trabalhar o resultado setorial Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável foi definido como um dos indicadores de produto, os Planos de Desenvolvimento de Assentamento – PDA’s elaborado. Como não foram disponibilizados recursos para o ano de 2011, isto criou um impacto negativo, fundamentalmente por esta razão, gerando assim a análise de desempenho na execução orçamentária. No que se refere ao indicador de produto habitações construídas em mutirão, os recursos não foram liberados no tempo hábil, isto é, sendo somente liberados em setembro de 2011, gerando um impacto negativo do ponto de vista da execução das metas previstas.

Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (064), Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará - PCPR (153), Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (127), Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa (017), e Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053),

Em termos de recursos, a execução financeira, do conjunto de seis (06) programas que concorrem para esse resultado, observa-se que os programas Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR - São José (153), Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040) e Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053) apresentaram desempenho satisfatório, superior ou igual a 70%. O programa (040) empenhou 87,1% do orçado e os outros dois, com execução de 75,7%. O programa Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (127), com 69,9% de execução do orçamento, posicionou-se na condição desempenho neutro e o programa Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (064), teve desempenho negativo (inferior a 50%) com percentual de execução igual a 43,6%. Com relação ao programa (017) a expectativa é de grande impulso na área em função da recém criada Secretaria da Pesca e Aqüicultura.

3. RESULTADO SETORIAL: PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE QUALIDADE, SUFICIENTES, SEGUROS E COMPETITIVOS.

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.1.1. Animais vacinados contra Febre Aftosa (%)

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA por meio da Agência de Defesa Agropecuária – ADAGRI alcançou nas duas etapas da campanha de vacinação contra a Febre Aftosa de 2011, índices superiores ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que passou a ser de 90% de rebanho vacinado e 80% de cobertura vacinal nas propriedades rurais. É importante salientar que o cumprimento dessa exigência contribuirá para o alcance da meta de tornar o Estado do Ceará Livre de Febre Aftosa com Vacinação, não sendo, no entanto, o único fator para o alcance da melhoria da classificação sanitária do Estado.

As campanhas de vacinação do rebanho bovino e bubalino contra a Febre Aftosa em 2011 continuaram a utilizar os dados do Cadastro Agropecuário realizado pela ADAGRI como bases para o cálculo dos índices vacinais obtidos, o que os torna mais precisos e confiáveis, como vem sendo feito desde o ano de 2009. Não há, portanto como comparar os índices alcançados de 2006,2007 e 2008 com os índices alcançados a partir de 2009, em razão das bases de dados serem distintas. Nessa perspectiva, o indicador apresentou evolução de 5,36% entre 2009 e 2011.

O Cadastro Agropecuário é atualizado diariamente por meio da emissão da Guia de Trânsito Animal – GTA, que é registrada no Sistema de Defesa Agropecuária – SIDAGRO, conferindo credibilidade aos resultados alcançados devido ao fato de refletir com mais exatidão o número de bovinos e bubalinos existente por município.

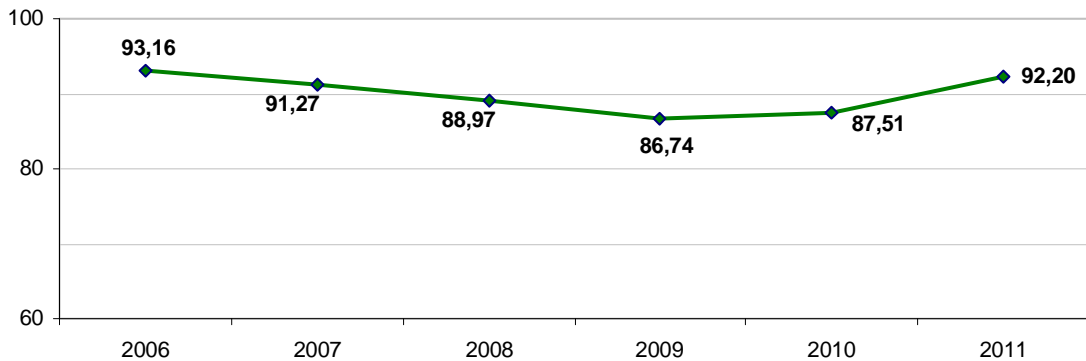
Ao comparar a média dos índices vacinais por ano, observa-se um crescente aumento dos índices vacinais a partir de 2009, ano que marcou o início da utilização da base de dados do Cadastro Agropecuário da ADAGRI. Em 2009, foram vacinados 86,78 % do rebanho, já em 2010, 87,51% e, em 2011, foi atingida a média de 93,10% do rebanho vacinado nas duas campanhas.

Desta forma, pode-se constatar que houve melhoria do índice vacinal alcançado em 2011 em relação aos anos anteriores em virtude dos seguintes fatores:

1. Intensificação da fiscalização do trânsito de animais vivos com a cobrança da Guia de Trânsito Animal - GTA para transportar os animais, ressaltando que, para a sua emissão, se faz necessária a comprovação das duas últimas vacinações.
2. Desenvolvimento de várias ações pós-etapa de vacinação, tais como: identificação imediata dos inadimplentes via SIDAGRO e a consequente emissão de autos de Infração e multa, autorização para aquisição da vacina por parte dos pecuaristas, realização de vacinações fiscalizadas, assistidas e oficiais, fatos estes que têm levado os criadores a vacinarem seus rebanhos, evitando assim as punições pecuniárias.
3. Desenvolvimento de atividades de educação sanitária, através dos meios de comunicação: televisão, rádios jornais e realização de palestras e reuniões com lideranças municipais, com o objetivo de conscientizar os criadores e a sociedade sobre a importância de imunizar seus bovinos e bubalinos para garantir a sanidade e produtividades de seus rebanhos.

Embora não se pretenda comparar os índices de vacinação calculados a partir de bases de dados diferenciadas, o gráfico abaixo pode ilustrar que, mesmo se abstendo de comparações, o Estado tem alcançado índices de vacinação superiores ao mínimo exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que é igual a 80%.

Animais vacinados contra febre aftosa (%)



3.1.2. Produção de grãos (mil toneladas)

A grande maioria da produção de grãos do Ceará é proveniente da agricultura de sequeiro, dependendo primordialmente do volume e distribuição espacial e temporal das chuvas, tendo grande peso na flutuação da safra. Os dados mostram que a produção de grãos registrou 1.294,3 mil toneladas em 2011, enquanto em 2006, esse quantitativo atingiu 1.145,5 mil toneladas, com crescimento de 13,00% no período.

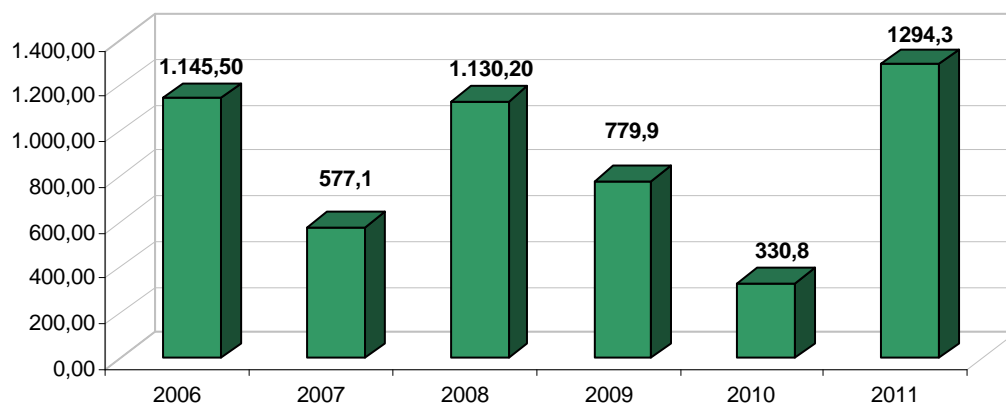
O ano de 2011 registrou chuvas regulares e bem distribuídas, fato que contribuiu para uma safra recorde de produção de grãos no Estado. A cultura do milho foi responsável por 70% dessa produção, gerando um VBP de R\$ 1,06 bilhão, correspondendo a 42% do VBP dos produtos agrícolas.

Um dos fatores que concorreram, em parte, para obtenção dos bons resultados da safra agrícola foi o plantio de sementes de alta qualidade genética distribuídas aos agricultores familiares pelo Projeto Hora de Plantar, que beneficiou 135.876 produtores em 2011. É importante acrescentar que recentemente, o projeto tornou possível a inclusão de agricultores familiares como produtores profissionais de sementes, destacando-se as culturas de feijão, milho e mamona, além de mudas enxertadas de cajueiro anão precoce.

Os fatores mais importantes que contribuíram para os bons resultados da safra em 2011 estão sintetizados a seguir:

a) distribuição de sementes de alto valor genético provenientes do Projeto Hora de Plantar, resultando em um aumento no rendimento das culturas (feijão, milho, sorgo, arroz, algodão, amendoim, girassol e mamona); b) A implementação dos programas Garantia safra, Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural e o projeto Biodiesel do Ceará. Há que se chamar a atenção para a importância da política agrícola implementada no Estado sem a qual os efeitos da seca seriam mais agravados do ponto de vista social e econômico.

Produção de grãos (mil ton.)



3.2. Relação Produto – Resultado

A regra utilizada para avaliar o desempenho financeiro dos programas e a execução física dos produtos em relação ao cumprimento de metas, considera os seguintes critérios: Desempenho Positivo: realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: realizado situar-se entre 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: realizado menor que 50% da meta.

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

O resultado setorial “**produtos agropecuários de qualidade, suficientes, seguros e competitivos**” é vinculado aos programas de governo **Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária (021)**, **Defesa Agropecuária (030)** e **Desenvolvimento da Agricultura familiar (053)** e produtos associados, analisados a seguir:

Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária (021) - Tem como objetivo promover o desenvolvimento da agropecuária por meio do melhoramento genético dos rebanhos, da difusão de novas tecnologias nos diversos segmentos da atividade e de uma maior relação entre empresas do setor, técnicos especialistas, agropecuaristas e a população rural.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 9.708.395,42 em 2011 e realização financeira de R\$ 7.064.987,95(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 72,77 %. As ações desenvolvidas foram direcionadas ao fortalecimento do setor produtivo da ovinocaprinocultura, apicultura e bovinocultura, além de executar diversas atividades tais como: o apoio às feiras, eventos da agricultura familiar e registros de marcas de gado. O desempenho dos produtos com as metas previstas e realizadas está explicado a seguir:

“Equipamento adquirido” (Meta: 2.187; Realizado: 2.187) – o produto apresentou desempenho positivo, com o cumprimento da meta anual prevista. Os equipamentos destinaram-se à estruturação da cadeia produtiva da pecuária no setor de bovinocultura, com a seguinte especificação: 70 (setenta) kit's de análise de leite, que garantirão o monitoramento da qualidade do leite a ser armazenado nos tanques de resfriamento comunitários; aquisição de 2.000 (dois mil) kit's de higienização de ordenha, com o objetivo de melhorar a qualidade do leite produzido, por meio das boas práticas de ordenha; 77 (setenta e sete) tanques de resfriamento de leite que possibilitará ao agricultor familiar a sua adequação à Instrução Normativa de Nº. 51 do MAPA que foca a qualidade do leite; e 40 (quarenta) kit's de inseminação artificial, visando o melhoramento genético do rebanho e o aumento da produtividade de leite;

“Produtores Assistidos” (Meta: 4.500; Realizado: 8.703) - foi planejada uma meta de 4.500 (quatro mil e quinhentos) produtores na atividade da pecuária, sendo o desempenho superior ao previsto, chegando a um total de 8.703 (oito mil setecentos e três) produtores da agricultura familiar assistidos. Além do alcance das metas citadas, o Programa desenvolveu trabalhos em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e a Associação dos Criadores de Cabra Leiteira do Estado do Ceará (CAPRILEICE) no setor de caprinocultura leiteira com a aquisição e distribuídos 2.800 (dois mil e oitocentos) matrizes e 160 (cento e sessenta) reprodutores, beneficiando 140 produtores da agricultura familiar, sendo 70 no Município de Quixadá e 70 no Município de Tauá, visando o aumento da produção de leite caprino e melhoria de infra estrutura de manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, com isso gerando renda para as famílias envolvidas.

O desempenho dos dois produtos foi, portanto satisfatório, sendo possibilitado pelo trabalho desenvolvido pela SDA em parceria com técnicos da ATER, contratados pelo contrato de gestão do Instituto Agropolos do Ceará que tem como meta fomentar a cadeia produtiva da pecuária.

Defesa Agropecuária (030) – Tem como objetivo melhorar o status sanitário do Estado, contribuindo para a produção sustentável de alimentos seguros e para elevar a competitividade dos produtos agropecuários.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 5.941.380,02 em 2011 e realização financeira de R\$ 1.663.624,87(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho insatisfatório, equivalente a 28,00 %, realizando ações voltadas para defesa sanitária animal, defesa sanitária vegetal e defesa agropecuária. O desempenho do produto com a meta prevista e realizada está explicado a seguir:

“Fiscalização Realizada” (Meta: 115.000; Realizado: 111.375) – o produto realizou 96,85% da meta prevista, com desempenho satisfatório. Refere-se a fiscalizações sistemáticas e à realização de blitz's quinzenais em todas as unidades locais e postos de vigilância zoofitossanitária da ADAGRI, além das fiscalizações em estabelecimentos de venda de produtos e insumos agropecuários e em propriedades rurais. Os procedimentos de fiscalização realizados pela tem como objetivo verificar o cumprimento das normas sanitárias, visando garantir a qualidade sanitária dos produtos agropecuários e contribuir para a produção sustentável de alimentos seguros. O desempenho positivo alcançado quanto ao número de fiscalizações realizadas, foi decorrente dos seguintes fatores:

- Ampliação do aprimoramento do sistema de defesa agropecuária, por meio das ações de vigilância ativa e passiva desenvolvida em 25 unidades locais da ADAGRI e nos 159 escritórios de atendimento à comunidade (EAC), via convênios com as prefeituras municipais e a EMATERCE, abrangendo 94,57% do território estadual;
- Em relação às vendas de vacinas, foram fiscalizadas 2.081 vendas em 2010 e 3.231 em 2011, evidenciando um aumento das fiscalizações em 55,26%. Foram emitidos 8.497 autos de infração a mais em 2011 em relação ao ano de 2010, o que corresponde ao aumento em torno de 280,0% de autuações. Isto é reflexo do incremento no número de fiscalizações dos criadores que não cumpriram os prazos de vacinação do seu rebanho de acordo com a Lei Estadual 14.446, de 01 de setembro de 2009;
- Foi realizado um intenso trabalho de vigilância através da fiscalização de 1396 áreas de risco, sendo 93 laticínios, 58 abatedouros, 119 propriedades rurais de risco, e 549 propriedades de produtores inadimplentes, entre outros;
- Quanto a emissão da Guia de Trânsito Animal, em 2009, 2010 e 2011 foram registradas no SIDAGRO 25.065, 57.317 e 89.517 GTAs emitidas respectivamente. Observa-se acréscimo na emissão deste documento a cada ano, podendo ser atribuído também às atividades de fiscalização volante (blitz) e ao aumento da realização de eventos agropecuários regularizados perante ADAGRI, fator que possibilita a fiscalização dos animais e a emissão das guias de trânsito de entrada e saída de animais dos eventos;
- Incremento das ações de defesa sanitária vegetal, com a intensificação das fiscalizações realizadas nas Áreas Livres de Mosca das Frutas (*Anastrepha grandis*) e de *Sigatoka Negra* (*Mycosphaerella fijiensis*), além das fiscalizações realizadas no Cariri e Sertão Central, com o objetivo de evitar a expansão da *Cochonilha-do-Carmim* (*Dactylopius opuntiae*); aumento no número de fiscalizações realizadas nas áreas de produção de mamão, citros, e nos estabelecimentos de comércio de sementes e mudas, além do incremento das ações de fiscalização sobre o uso de agrotóxicos. A ocorrência de pragas nessas e em outras áreas do Estado, acarreta impactos sócio-econômicos negativos, como a perda de emprego, renda e divisas, sendo a fiscalização o instrumento fundamental para assegurar a qualidade sanitária dos produtos agropecuários.
- Na área vegetal, as fiscalizações nas cadeias produtivas em 2011 geraram 2.894 termos de fiscalização, foram liberadas 8.195 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTV e 17.024 Certificados Fitossanitários de Origem – CFO.
- O suporte financeiro contemplado pelo Convênio Vegetal MAPA/ADAGRI N°744510/2010, alcançou 92 % de execução, superando em sua maioria as metas estabelecidas para os Programas de Sanidade Vegetal;
- Na produção primária do Estado, a área vegetal respondeu em 2011, com US\$ 168.395.491,08 que corresponde a 12,5% de tudo o que foi exportado no Estado do Ceará. Esse dado demonstra a importância do segmento produtivo na geração de empregos e divisas e que a sanidade vegetal agregando qualidade é o principal fator na manutenção e expansão do setor;

- Com o intuito de evitar a propagação de pragas quarentenárias ou de importância econômica, o controle do Trânsito de Vegetais exercido pelos Postos de Fiscalização Zoofitossanitários fixos e móveis é uma atividade permanente de fundamental para manter áreas livres e indenes no Estado do Ceará. O controle de trânsito de vegetais em 2011 alcançou em termos de fiscalização cerca de 68.000 veículos transportando vegetais e subprodutos que representa mais de 60% dos veículos fiscalizados.

Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053) – tem como objetivo promover, estimular e implementar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável de agricultores e agricultoras familiares.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 62.520.075,07 em 2011 e realização financeira de R\$ 47.305.298,24(SIOF/SEPLAG),o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 75,66 %, realizando ações voltadas para fomento ao crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar,apoio ao desenvolvimento das culturas agroindustriais e das áreas irrigadas,perímetros públicos e vazantes e contrato de regime de cogestão para o desenvolvimento da agricultura familiar. O desempenho do produto com a meta prevista e realizada está explicado a seguir:

“Produtor beneficiado com distribuição de sementes” (Meta: 143.887; Realizado: 135.876), o produto apresentou desempenho positivo, tendo em vista ter alcançado 94,4% da meta estabelecida. A demanda por sementes em época de chuvas foi atendida via programa Hora de Plantar, que distribui sementes de alta qualidade genética aos agricultores familiares, contribuindo decisivamente para a produção de grãos, cuja safra foi recorde em 2011. A meta física não foi completa em sua plenitude em virtude da inadimplência por parte do produtor.

3.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial “**produtos agropecuários de qualidade, suficientes, seguros e competitivos**” é aferido pelos indicadores “percentual de animais vacinados” e “produção de grãos” (mil toneladas), que apresentaram resultado satisfatório, indicando que o curso da política nesse âmbito segue a direção desejada. Com relação ao primeiro indicador, cabe uma ressalva em seu desempenho: quando comparado os patamares atingidos em 2006 e 2011, observa-se declínio de -1,03 no número de animais vacinados. Há que se considerar, entretanto que o Estado alcançou o índice de 92,2, superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que passou a ser de 90,0% de rebanho vacinado e 80,0% de cobertura vacinal nas propriedades rurais, mostrando que a evolução do indicador é satisfatória. Outro importante aspecto a considerar diz respeito às campanhas de vacinação do rebanho bovino e bubalino contra a Febre Aftosa em 2011 que utilizam os dados do Cadastro Agropecuário realizado pela ADAGRI como bases para o cálculo dos índices vacinais obtidos, o que os torna mais precisos e confiáveis, como vem sendo feito desde o ano de 2009. Não há, portanto como comparar os índices de 2006,2007 e 2008, calculados pelo IBGE, com os índices alcançados a partir de 2009, em razão das bases de dados serem distintas. Nessa perspectiva, o indicador pode ser analisado com evolução satisfatória de 5,36% entre 2009 e 2011.

A produção de grãos também apresentou evolução satisfatória de 13,00% no período analisado, configurando a melhor safra do Estado desde 2006. Em termos de perspectivas do indicador, observam-se ações fortemente estruturadas para apoio à produção e assistência técnica aos agricultores familiares, via programas de governo, com expectativas de crescimento da safra nos próximos anos. O fator interveniente que pode alterar essa tendência é o fenômeno climático a que está exposta a agricultura de sequeiro.

Do ponto de vista da execução orçamentário-financeira dos programas que suportam o resultado, os dados mostram que a realização em 2011 alcançou o seguinte patamar: Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária (021), com 72,77%, Defesa Agropecuária (030) que executou 28,00% e Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053) com realização de 75,66%. O balanço da execução orçamentário-financeira dos programas foi positivo e compatível, portanto com o desempenho ascendente dos indicadores de resultado.

Em termos da relação produto-resultado, verifica-se que o conjunto de produtos (4) associados aos programas de governo apresentou desempenho satisfatório, especialmente os produtores assistidos que superou a meta em 93,40%, fiscalização que realizou 96,85% da meta prevista e produtor beneficiado com distribuição de sementes, com 94,4% de desempenho influenciando positivamente a evolução dos indicadores de resultados.

Os bons resultados obtidos nessa área deveram-se ao desenvolvimento de ações relativas no âmbito da defesa agropecuária, principalmente as referentes à fiscalização, que atuou nos segmentos vendas bovinas, vigilância em áreas de risco, incremento das ações de defesa sanitária vegetal, com a intensificação das fiscalizações realizadas nas Áreas Livres de Mosca das Frutas (*Anastrepha grandis*) e de *Sigatoka Negra* (*Mycosphaerella fijiensis*) e no controle do Trânsito de Vegetais exercido pelos Postos de Fiscalização Zoofitossanitários fixos e móveis. Esse conjunto de ações tem acarretado elevação do status sanitário do Estado, contribuindo para a produção sustentável de alimentos seguros e para elevar a competitividade dos produtos agropecuários.

4. RESULTADO SETORIAL: INFRAESTRUTURA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA

4.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 4

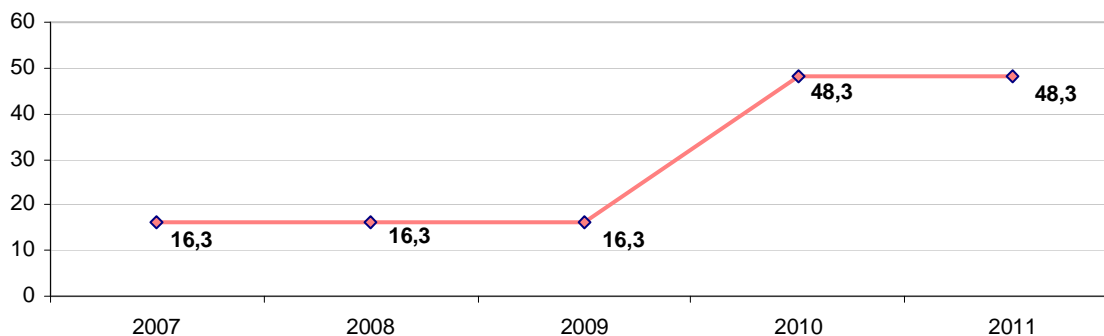
4.1.1. Percentual de área irrigada no Complexo Castanhão (Mandacaru, Curupati e Alagamar)

Foi previsto para irrigação no Projeto Complexo Castanhão um total de 1.248 ha irrigáveis em 2010, dos quais foram irrigados 603 ha, correspondente a 48,3% da área disponível para essa finalidade no período 2007-2011.

As ações de irrigação desse Projeto tiveram início em 2007, tendo registrado para esse ano 16,3%ha de área irrigada, sem avanços nos anos de 2008 e 2009, quando manteve para esses anos o mesmo percentual de 16,3%. A renegociação do Contrato do Estado com o BNDES contribuiu para o atraso na consecução das obras previstas, aliada à necessidade de readequação dos projetos executivos antes contratados, pois estes possuíam erros que inviabilizavam suas implantações. No caso do Perímetro Irrigado Curupati 1ª etapa, que foi implantado em 2006, a equipe técnica reestruturou o perímetro, realizou a retirada da cultura do mamão por determinações fitossanitárias e

viabilizou junto ao BNB um empréstimo aos produtores para recomposição e ampliação da área de plantio. Em 2010, o indicador avançou significativamente, registrando 48,3 ha de irrigação, com incremento de 196,32% em relação ao ano de 2007, mantendo esse mesmo patamar em 2011, sem acréscimos na área irrigada, pela ausência de aporte de recursos necessários para a execução dos projetos nos anos de 2007 a 2009, situação que se repetiu no biênio 2010 – 2011 (Relatórios de Desempenho Setorial – RDS 2009 - 2011- DAS/SEPLAG).

Percentual de área irrigada no Complexo Castanhão (Mandacaru, Curupati e Alagamar)



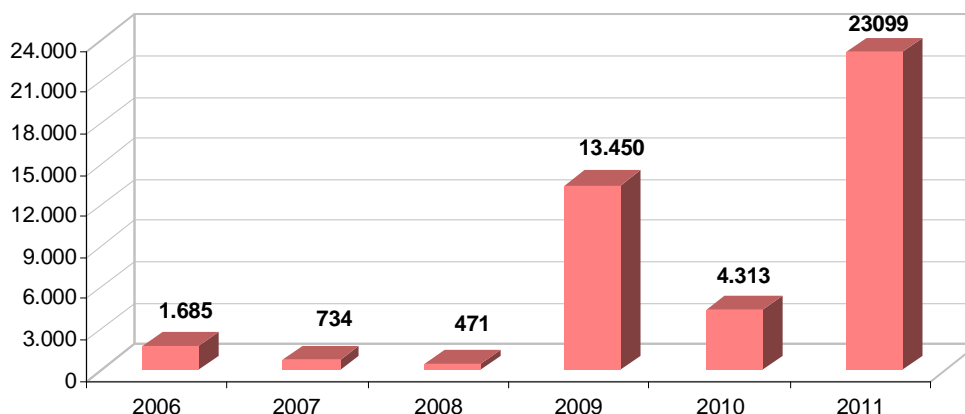
4.1.2. Nº de famílias beneficiadas com Cisternas

A construção de Cisternas de Placa é um dos programas de ampliação do acesso à água, beneficiando famílias de baixa renda da zona rural, que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazenamento que sejam enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do Governo Federal; Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo); Famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades atendidas pelo carro pipa (Notas Metodológicas sobre os Indicadores de Resultados -2012-2015-DAS/SEPLAG).

Com relação à construção de cisternas de placas, embora a meta quantitativa prevista de 46.949 para 2011 não tenha alcançado execução plena (49,20%), houve melhoria no atendimento às populações atingidas pela escassez de água, com a oferta de água de melhor qualidade a família de agricultores de base familiar em comunidades rurais.

No que se refere ao desempenho do indicador, dados para 2011 registram a construção de 23.099 cisternas, contra 1.685 em 2006, com crescimento de 1.270,86% no período. O aumento desse quantitativo está relacionado também à oferta do Programa Federal de Combate à Pobreza, cuja intenção é a universalização do acesso à água, em especial pelas famílias em situação de extrema pobreza e em municípios do semiárido nordestino.

Nº de famílias beneficiadas com cisternas



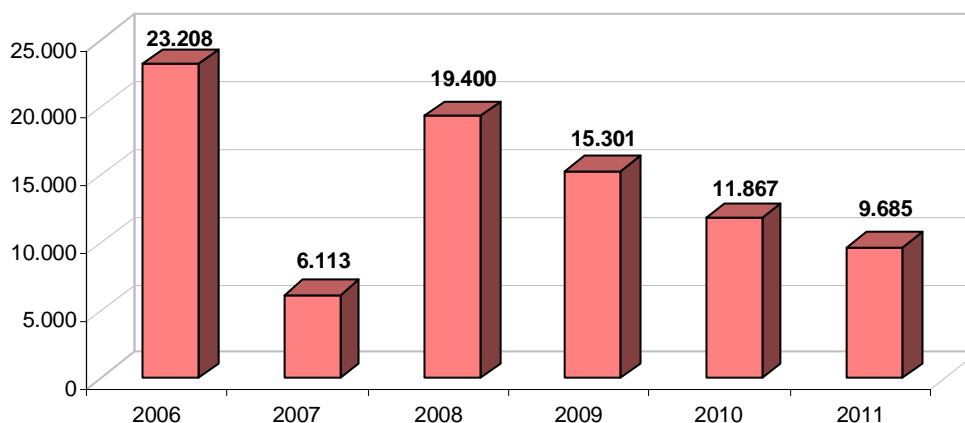
4.1.3. Nº de famílias Beneficiadas com Projetos de Água

A partir de 2006, o Projeto São Jose II, com a cobertura quase total de energia elétrica no Estado centrou esforços para beneficiar também agricultores e agricultoras familiares com subprojetos de abastecimento de água. Com base nessa estratégia, foram beneficiadas 23.208 famílias com projetos de água em 2006 e 9.685 em 2011, com declínio de - 52,27%%, considerando os anos extremos da série. No decorrer dos outros anos, observam-se muitas oscilações do indicador, sendo os decréscimos explicados pelo aumento de financiamento para subprojetos produtivos, tendo em vista que muitos beneficiados com projetos de energia e água necessitavam de subprojetos que gerassem trabalho e renda. Vale ressaltar, que apesar deste decréscimo no índice de incremento anual, o número total de famílias beneficiadas com projetos d'água no período de 2006 a 2011 foi de 85.574 famílias.

Ao longo de 2011, as ações continuaram dando ênfase ao fortalecimento da infraestrutura, notadamente aos sistemas de abastecimento d'água domiciliar, coma liberação de 119 subprojetos, beneficiando 9.685 famílias, com investimentos de R\$ 15 milhões.

Os investimentos em sistemas de abastecimento de água contribuíram para a redução de doenças transmitidas por veiculação hídrica na população alvo, já que a água fornecida por esses sistemas foi considerada de boa qualidade, em 100% deles. Levantamento realizado junto aos beneficiários indica que as doenças mais comuns, antes dos subprojetos apontava a diarreia e verminoses como as doenças de maior incidência, com redução de cerca de 35%, principalmente nas crianças.

Nº de famílias beneficiadas com projeto d'água



4.2. Relação Produto-Resultado

A regra utilizada para avaliar o desempenho financeiro dos programas e a execução física dos produtos em relação ao cumprimento de metas considera os seguintes critérios: Desempenho Positivo: realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: realizado situar-se entre 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: realizado menor que 50% da meta.

4.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

O resultado setorial “**infra estrutura para a agricultura familiar fortalecida**” é vinculado aos programas de governo **Aproveitamento Hidroagrícola do Complexo Castanhão (092)**, **Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040)** e **Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará –PCPR – São José II (153)** e produtos associados, analisados a seguir:

Aproveitamento Hidroagrícola do Complexo do Castanhão (092) – Tem como objetivo viabilizar a concretização da implantação dos perímetros irrigados e infra-estrutura para os assentamentos de sequeiros e áreas difusas. O público alvo desse programa são os reassentados das áreas citadas.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 8.834.894,00 em 2011 e realização financeira de R\$ 7.711.048,57(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 87,28 %. As ações desenvolvidas foram direcionadas ao financiamento de subprojetos hidroagrícola e de piscicultura. O desempenho do produto com meta prevista e realizada está explicado a seguir:

“Família atendida” – esse produto é aferido pelos seguintes indicadores:

“Nº. de famílias atendidas com projetos de irrigação” (Meta: 894; Realizado: 199) – o indicador apresentou desempenho de 22,26% da meta prevista, posicionando-se aquém desejado. Esse desempenho ficou prejudicado

em função de nos anos anteriores não ter havido o aporte de recurso necessário à implantação dos projetos; outro fator que contribuiu para o atraso na consecução desta meta refere-se a equívocos detectados pela equipe técnica nos projetos elaborados, o que implicou em readequação dos projetos causando atraso nas instalações das estruturas de irrigação e como demanda algum tempo para a realização as metas serão atingidas apenas no ano subsequente.

“Nº. de famílias atendidas com projetos de piscicultura” (Meta: 647; Realizado: 647) – Com relação a esse indicador a meta foi atingida, beneficiando 647 famílias com unidades demonstrativas de piscicultura e capacitação para os piscicultores. É importante observar que a ação relativa a esse produto, bem como os recursos foram transferidos para a Secretaria de Pesca e Aqüicultura, que dará continuidade à implementação.

Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040) – Tem como objetivo combater a fome visando à sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, viabilizando a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na piscicultura familiar e na implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra estrutura produtiva e social no meio rural.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 121.861.841,33 em 2011 e realização financeira de R\$ 108.134.290,61(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 88,74 %. As ações desenvolvidas foram direcionadas à implantação de infra estrutura básica e hidroagrícola, formação humana e social para o desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e nutricional e contrato de regime de cogestão para o desenvolvimento territorial. O desempenho do produto com meta prevista e realizada está explicado a seguir:

“Cisterna construída” (Meta: 46.949; Realizado: 18.865) - o produto realizou 48,18% da meta prevista, posicionando-se aquém do esperado. O baixo desempenho no período ocorreu, principalmente, devido ao atraso na entrega do material para construção das cisternas nos municípios beneficiados, em virtude das fortes chuvas ocorridas durante o primeiro semestre de 2011, prejudicando o acesso às comunidades (Relatório de Acompanhamento de Produtos janeiro-agosto de 2011-DAS/SEPLAG).

Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR - São José II (153) – Tem como objetivo melhorar as condições de vida da população pobre da área rural com a provisão de investimentos comunitários orientados à criação de infraestrutura básica e geração de emprego e renda para as comunidades mais pobres do meio rural; promover a descentralização da alocação de recursos e tomada de decisões para os níveis locais, mediante o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS e as associações Comunitárias dos beneficiários, no planejamento, priorização de projetos comunitários, assim como na execução, operacionalização e manutenção dos investimentos.

Com recursos orçamentários previstos da ordem de R\$ 32.899.279,00 em 2011 e realização financeira de R\$ 24.912.706,01(SIOF/SEPLAG), o programa apresentou desempenho satisfatório, equivalente a 75,72 %. As ações desenvolvidas foram direcionadas ao financiamento de subprojetos de infra estrutura (abastecimento de

água), financiamento de subprojetos produtivos e sociais e contrato de regime de cogestão para o Projeto São José II. O desempenho do produto com meta prevista e realizada está explicado a seguir:

“Sistema de abastecimento de água construído” (Meta: 106; Realizado: 119) - o produto refere-se a implementação de subprojetos de infra estrutura de abastecimento de água, apresentando desempenho positivo, uma vez que ultrapassou 12,2% da meta proposta. Contribuiu para esse o repasse de recursos próprios do Estado para o financiamento, dando agilidade aos processos, refletindo-se na superação das metas.

4.2.2. Influência de Produtos sobre o Resultado

O resultado setorial “**infra estrutura para agricultura familiar fortalecida**” é aferido pelos indicadores “percentual de área irrigada no Complexo Castanhão (Mandacaru, Curupati e Alagamar)”, nº. de famílias beneficiadas com cisternas e nº. de famílias beneficiadas com projeto de água, cujo balanço de evolução foi positivo para o conjunto dos indicadores, com desempenho de 196,2%, 1270,86% e -58,27% respectivamente, no período de 2006 a 2011.

A despeito da evolução verificada do conjunto dos indicadores, é importante observar o nº. de famílias beneficiadas com cisternas e o nº. de famílias beneficiadas com projeto de água, não exprimem o resultado setorial, possuindo características de indicadores de oferta de governo, sendo, portanto inadequados para aferir o alcance desse amplo objetivo estratégico, para o que se sugere o estudo das relações de causa e efeito para redefinição dos indicadores.

Do ponto de vista da execução orçamentário-financeira dos programas que suportam o resultado, os dados mostram que a realização em 2011 alcançou o seguinte patamar: Aproveitamento Hidroagrícola do Complexo Castanhão (092) que executou 75,76%, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040), com a realização de 88,74% e o Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará, (153) executando 75,72%. A execução orçamentário-financeira de todos os programas foi positiva e compatível, portanto com o desempenho ascendente dos indicadores de resultado, não obstante as restrições mencionadas anteriormente. No que se refere ao desempenho dos produtos, o balanço também foi satisfatório, com evolução positiva de 3 dos quatro produtos definidos.

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

A população rural do Estado do Ceará apresenta reduzida alternativa de emprego e uma agricultura sujeita as incertezas em decorrência das irregularidades das precipitações pluviométricas. A dependência da regularidade pluviométrica é o aspecto mais importante que caracteriza a economia agrícola cearense, que têm mais de 90% do seu território no semi-árido nordestino.

O subdesenvolvimento da agricultura cearense está apoiado em uma complexa herança geográfica, ecológica, antropológica e em distorções de políticas econômicas e sociais do passado. As restrições climáticas e as instabilidades pluviométricas têm sido notórias em certas ocasiões (LEITE, 2002).

O Ceará é o 7º Estado brasileiro com maior incidência de pobreza extrema, atingindo 17,78% da população total. Em relação à zona rural ocorre uma concentração de 36,9% da sua população em extrema pobreza. Em um ranking

que vai de 25,72%, observado no Maranhão, até 1,64%, em Santa Catarina como destaque positivo. Em números absolutos do Estado do Ceará, este percentual representa um contingente de 1.502.924 pessoas da população total de 8.452.381 cearenses.

No que diz respeito às pessoas ocupadas na atividade agrícola são 1.059.113 pessoas, representando 25,7% do total das pessoas ocupadas no Estado, enquanto o Produto Interno Bruto da agropecuária representa apenas algo em torno de 7,3% do PIB total do Estado.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, existiam no Estado do Ceará 381.014 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 7,92 milhões de hectares, que produziram um Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária de R\$ 3.869,35 milhões. Os estabelecimentos familiares correspondiam a 90 % do número total dos estabelecimentos e ocupavam apenas 44 % da área e o VBP representava 62% do total do VBP total da agropecuária, configurando como um importante indicador da força da agricultura familiar cearense.

Se por um lado, os dados do censo agropecuário confirmam a concentração da terra na mão de pessoas que não são agricultores familiares, por outro lado, observa-se que, aproximadamente 3,5 milhões de hectares estão sendo trabalhados pela agricultura familiar, sendo este, de imediato, o potencial fundiário objeto das ações do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS, elaborado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA em 2011.

Com base nestes dados, pode-se afirmar que a agricultura familiar no Ceará é extremamente importante pela sua dimensão populacional em relação ao conjunto da população cearense, e, em especial, do contingente da força de trabalho economicamente ativa, bem como pelo desafio em termos de superação da condição de pobreza ainda prevalente neste segmento social, e que compreende um modelo marcado pela relação íntima entre trabalho e gestão da produção. A direção do processo produtivo é conduzida pelos próprios proprietários, havendo uma diversificação na produção e na utilização do trabalho assalariado em caráter complementar.

Por esta razão é necessário acentuar que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial de desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no Território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

A importância da agricultura familiar também está relacionada com a nova visão do rural que considera este espaço para além das tradicionais funções produtivas, abrangendo também as funções de preservação do meio ambiente, da cultura, de espaço de moradia, de lazer, de localização de unidades fabris ou de serviços gerando empregos agrícolas e não-agrícolas. Esta visão multifuncional do espaço rural leva em consideração as variáveis socioeconômicas, institucionais e ambientais, numa visão sistêmica do Território como um todo.

O crescente reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado e pela sociedade se expressa nas políticas públicas e na legislação específica, destacando-se a Lei da Agricultura Familiar; o Programa Nacional de Habitação Rural; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Garantia-Safra; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dentre outros. Constata-se ainda a adequação do Sistema de Vigilância Sanitária e a efetivação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade

Agropecuária - SUASA. São destaques ainda Educação do Campo, a titulação conjunta da terra para homens e mulheres e a política de previdência social para os segurados especiais.

A política de Desenvolvimento Rural Sustentável, desenvolvida no Estado do Ceará, coaduna-se com a política do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que tem como competência tratar sobre reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, e identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Nesse contexto, insere-se a política agrícola, desenvolvida pela SDA e suas Vinculadas (ADAGRI, CEASA, EMATERCE e IDACE), que contribui, fundamentalmente, para a execução da política agrícola do Estado, com foco no Desenvolvimento Rural Sustentável, priorizando a agricultura familiar. Destaca-se ainda que essa política está em consonância com os Eixos Estratégicos: Política de Apoio à Produção, Beneficiamento e Comercialização; Democratização do Acesso à Terra; Direitos e Inclusão Social; Gestão para o Desenvolvimento com Inclusão Social, definidos no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável PDRS, elaborado pela SDA no início do governo e, ainda, com os Eixos Economia para uma Vida Melhor e Sociedade Justa e Solidária, integrantes do Plano de Governo.

A atuação da SDA e suas vinculadas contribuíram significativamente para o alcance dos resultados estratégicos do Governo, no que se refere ao Crescimento Econômico com Sustentabilidade, Economia Rural Fortalecida, Ceará Competitivo nas suas Vocações e nas novas Oportunidades, Sociedade com Garantias de Direito e Infraestrutura Estratégica Ampliada.

A Política de Desenvolvimento Rural Sustentável implementada pelo Governo do Estado do Ceará a partir de 2007, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e, em consonância com as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA tem por objetivos: assegurar ampla participação dos diferentes segmentos representativos da sociedade no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário - PDRSS, dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS; garantir a participação na discussão do Plano, dos agricultores e agricultoras familiares, dos assentados e assentadas da reforma agrária e demais povos do campo; estreitar o relacionamento entre os diversos setores institucionais e a sociedade civil; compatibilizar as ações propostas no PDRSS com o Plano Plurianual – PPA; combinar processos de planejamento ascendente com intersetorialidade e integração vertical, com base na metodologia de implementação do Plano a gestão e o controle social de políticas públicas.

Nessa perspectiva, a SDA tem adotado em consonância com o Governo Federal, a abordagem estratégica de Território Rural, vendo o Território como um espaço dinâmico que compreende áreas rurais e urbanas, com uma diversidade de atores sociais, que possuem um profundo sentimento de identidade sociocultural e grande capacidade de se organizarem em busca de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a SDA defende a idéia do desenvolvimento rural com participação social, pautado na abordagem territorial, na sustentabilidade e na intersetorialidade, na universalização dos direitos fundamentais, no reconhecimento dos direitos de cidadania, na segurança alimentar e nutricional, na conservação da biodiversidade e na promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia.

O Sistema Estadual da Agricultura – SEA realizou atividades de implantação de programas e projetos voltados à articulação e fortalecimento dos Colegiados Territoriais; de apoio às feiras e eventos da agricultura familiar e da

socioeconomia solidária; capacitação, crédito e políticas de incentivo à justa comercialização; de democratização do acesso a terra e do desenvolvimento agrário; de segurança alimentar e nutricional, ampliando os Programas de Aquisição de Alimentos – PAA e de construção de cisternas de placas. Implementou também ações no sentido da promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e do desenvolvimento com inclusão social; promoveu ações de incentivo à arte e cultura para a cidadania, voltados à educação do campo, com apoio às escolas agropecuárias, e a implantação de arca das letras/bibliotecas rurais e casas digitais; ampliou e fortaleceu o desenvolvimento institucional, através de parcerias com as diversas Secretarias do Governo do Estado, com os movimentos sociais e sindicais do campo e com entidades representativas da sociedade civil organizada.

Como destaque do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar cearense, citamos a implantação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF, recém homologado, que destacará a introdução de modernas técnicas de irrigação e utilização de energias alternativas; o Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; a ampliação do Programa Leite Fome Zero, que teve um incremento em suas metas para buscar atender todos os municípios do Estado do Ceará, beneficiando diariamente 100.000 cidadãos em insegurança alimentar e nutricional e com vulnerabilidade social; a construção de 23.099 cisternas de placas; a vacinação contra a Febre Aftosa que alcançou o índice de 93,1% do rebanho bovino e o início da contratação de 140 técnicos para a Agência de Defesa Agropecuária – ADAGRI, que irá contribuir para que o Estado do Ceará passe do *Status* de Nível Médio Risco para Febre Aftosa para o *Status* Baixo Risco para Febre Aftosa com vacinação, permitindo o transporte de seus animais para todo o País, com exceção do Estado de Santa Catarina. Vale destacar também todos os esforços empreendidos no sentido de realizar ações estratégicas de desenvolvimento sustentável, com foco na abordagem territorial, no desenvolvimento humano, comunitário e social, na gestão descentralizada e participativa, considerando as potencialidades locais e as diversidades dos atores sociais, das gerações, gêneros e etnias que se encontram e atuam nos Territórios Rurais do Estado do Ceará. Nesse sentido

Vale registrar que no ano de 2011 o Estado do Ceará obteve a maior safra de grãos de sua história com 1,3 milhões de toneladas, sendo a cultura do milho responsável por 70% dessa produção, gerando um VBP de R\$1,06 bi, correspondendo a 42% do VBP dos produtos agrícolas. Isto se deve em parte ao plantio de sementes de alta qualidade genética distribuídas aos agricultores familiares pelo Projeto Hora de Plantar. No que se refere ao número de produtores, foram beneficiados 135.990 com a distribuição de sementes e mudas. Recentemente, o projeto tornou possível a inclusão de agricultores familiares como produtores profissionais de sementes, destacando-se as culturas de feijão, milho e mamona, além de mudas enxertadas de cajueiro anão precoce. O Projeto do Biodiesel atuou em 148 municípios, com um crescente aumento da área cultivada com oleaginosas registrando-se uma produção de 28.380 toneladas. Destaca-se também na safra agrícola a produção de frutas e de castanha de caju que apresentaram um VBP de R\$ 697,0 mi e R\$137,6 mi, respectivamente.

No setor da pecuária, os resultados estão voltados para a sustentabilidade e melhoria da renda dos agricultores familiares, onde os produtores de leite bovino estão sendo adaptados à Instrução Normativa, que visa à melhoria na qualidade do leite produzido e consumido, com a instalação de tanques de resfriamento de leite. Os grupos beneficiados com os programas de bovinocultura de leite, aproximadamente 3.097 famílias, ligadas à agricultura

familiar no Estado do Ceará, tiveram um crescimento na sua produção em 30%, não somente pela implantação das unidades de resfriamento de leite, mas também pelos cursos de melhoria na qualidade do leite, de conservação de forragem e inseminação artificial, este último, incentivando o melhoramento genético, mostrando que a agricultura familiar possui um potencial em desenvolvimento na produção de leite bovino.

As ações direcionadas ao fortalecimento da infraestrutura para a agricultura familiar foram também efetivadas por meio das ações do Projeto São José. Foram executados durante o período de 2008 a 2011, 673 subprojetos de abastecimento de água, 485 subprojetos de Mecanização Agrícola, 177 subprojetos produtivos e 18 subprojetos sociais, totalizando 1.353 subprojetos beneficiando 95.904 famílias, com investimentos da ordem de 113 milhões de reais.

O Governo do Estado vem, também, aportando recursos para o financiamento do Projeto São José II, garantindo continuidade das atividades, como o de 105 subprojetos produtivos de mecanização agrícola (tratores e implementos), beneficiando 6.486 famílias. No Projeto São José III foi concluída as negociações com o Banco Mundial para obtenção do empréstimo de U\$ 200,0 milhões com a contrapartida de U\$ 100,0 milhões do Governo do Estado, priorizando projetos produtivos para o desenvolvimento rural sustentável.

A EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, vinculada a SDA executa as políticas públicas dos Governos Estadual e Federal, voltadas para o meio rural, focadas na agricultura familiar, através de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), transformando o perfil da agropecuária do Estado do Ceará, através do incremento da produtividade, com foco na perspectiva agroecológica e no desenvolvimento rural sustentável. As ações realizadas são alicerçadas no Planejamento Estratégico, construído de forma participativa com os agricultores/as familiares e demais atores do setor primário da economia do Estado, observando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Este trabalho tem se mostrado da mais alta relevância para o Eixo Economia Para Uma Vida Melhor, tendo em vista que contribui significativamente para o grande Resultado Estratégico de Governo, que é a Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável. Desta forma, a EMATERCE assistiu, em 2008, 35,9% dos agricultores e agricultoras familiares do Ceará, aumentando para 37,7%, em 2009, ampliando sua abrangência para 48,3%, em 2010, alcançando, em 2011, o percentual de 52,7%.

Ressalte-se que o grande esforço empreendido pelo corpo técnico da Empresa, que somado ao trabalho dos agentes rurais, minimizou a sua insuficiência de pessoal técnico no atendimento aos agricultores e agricultoras familiares. A abertura de mais Postos de Avançados em alguns municípios do Estado, graças às parcerias estabelecidas com os Governos Municipais, contribuiu para que este resultado positivo fosse alcançado.

As ações de ATER, além de serem instrumentos para disponibilizar aos agricultores e agricultoras familiares as políticas públicas de apoio à produção, propiciaram melhor convivência com o semiárido, diminuição das agressões ambientais, maior produção e oferta de alimentos, garantindo a segurança alimentar e nutricional, geração de emprego e renda e a conseqüente redução da pobreza rural, com a inclusão social dos agricultores e agricultores familiares assistidos.

A ADAGRI - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará tem como importante desafio elevar o *status* sanitário de Febre Aftosa de Médio Risco para “Livre com Vacinação”, bem como impedir ou minimizar os efeitos de possível introdução de pragas dos vegetais no Estado. De 2008 a 2011 a ADAGRI, com suas ações de fiscalização e educação sanitária na área animal, tem conseguido dar importante contribuição para o crescimento econômico em função do avanço no combate à febre aftosa, e outras doenças de notificação obrigatória. A cada campanha de vacinação contra a febre aftosa, os produtores têm melhorado a participação efetiva resultando em índices crescentes de vacinação e alcançando a meta estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA que preconiza 90% de rebanho vacinado e 80% de propriedades com registro de vacinação.

As ações desenvolvidas pela ADAGRI, tanto na área animal quanto na área vegetal, têm dado suporte ao desenvolvimento agropecuário do Estado do Ceará, fato que ocasiona geração de emprego e melhoria na comercialização com outros estados e países. A participação em eventos, tais como: feiras, exposições, vaquejadas entre outros, proporciona maior notoriedade e faz com que, mesmo com apenas seis anos de existência, a ADAGRI se estabeleça como um Órgão de extrema importância não apenas sobre o aspecto fiscal como também econômico, mas, sobretudo por contribuir na melhoria da qualidade de vida da população cearense devido às fiscalizações aos produtos de origem vegetal e animal.

O IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Órgão executor da Política Agrária do Estado, com ênfase na agricultura familiar, através de ampla parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA executou o cadastro georreferenciado de 89.896 imóveis rurais, promovendo a regularização fundiária, através da titulação das posses levantadas e da disponibilização de plantas e memoriais descritivos, aos proprietários de terras escrituradas para retificação de área, junto ao Cartório de Registro Imobiliário.

E, por fim, na Central de Abastecimento do Estado do Ceará/CEASA-CE, foram comercializadas, somente neste ano, 545,16 mil toneladas de hortigranjeiros no entreposto atacadista localizado em Maracanaú. Ressalta-se a descentralização da comercialização hortigranjeira com a construção da CEASA – Cariri que concentrará o abastecimento de frutas e verduras na região e, ainda, o avanço da comercialização local, com destaque para a força da fruticultura cearense.

III. LIÇÕES APRENDIDAS

Coordenadoria de Desenvolvimento dos Assentamentos – CODEA. Necessidade de um melhor acompanhamento da implantação dos PDA's. Para um acompanhamento mais preciso é fundamental a existência de uma estrutura mínima necessária, isto é, disponibilidade de veículos e pessoal para visita “in loco” dos assentamentos.

Coordenadoria de Crédito e Políticas Afins – COCRED. O sucesso das atividades coordenadas pela COCRED depende de um conjunto de ações priorizadas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, tendo como princípios gerais e modelo de gestão a autonomia dos beneficiados, participação, descentralização, transparência e controle social. Neste contexto e em relação às ações que viabilizam o acesso a terra, necessário

se faz realizar uma divulgação ampla e maciça com o público meta, sociedade civil, movimentos sociais instituições governamentais e não governamentais, e todos os parceiros, de modo a propiciar conhecimento sobre o Crédito Fundiário e aumentar as demandas das comunidades; Melhorar a articulação com os parceiros, promovendo capacitação das normas e procedimentos utilizados, de modo a qualificar as demandas, dando maior celeridade ao fluxo operacional; Buscar meios para aumentar os recursos humanos, necessários para o acompanhamento das ações.

Coordenadoria de Apoio a Pecuária – COAPE. A importância dos trabalhos de execução dos programas e projetos realizados em parceria com outros órgãos, vinculadas e até mesmo de outras coordenadorias, onde se percebe que os resultados são mais positivos quando existe a descentralização das atividades. Destacam-se as novas formas de executar políticas públicas dentro da coordenadoria, onde o agricultor familiar recebeu além de equipamentos e infra-estrutura, capacitações em gestão, associativismo e cooperativismo que possibilitará aos mesmos, melhor organização nos trabalhos de produção e comercialização de seus produtos

Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODAF. Em relação às ações da distribuição de sementes, reitera-se a necessidade de melhorar a articulação da EMATERCE com os sindicatos dos trabalhadores rurais e as secretarias municipais de agricultura objetivando qualificar com mais eficiência e eficácia as demandas dos agricultores (as) familiares. Quanto às ações de Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, as prefeituras municipais deveriam estar preparadas documental e financeiramente para parceria com o Estado, este problema permanece. Em 2010, sugerimos que os recursos destinados a este Projeto teriam resultados mais eficazes se fossem disponibilizados para os convênios no máximo no mês de dezembro do ano anterior, para que as práticas pudessem ser executadas no momento do preparo das áreas. O Governo do Estado atendeu a esta sugestão, liberando os recursos para este projeto no mês de outubro e parte dos convênios foi firmado até o mês de dezembro de 2011, propiciando que as Práticas Agrícolas para Convivência com o Semiárido sejam executadas na época adequada.

As ações do Biodiesel do Ceará são discutidas semanalmente no Comitê Gestor do Projeto, com a participação de todos os parceiros envolvidos e tem proporcionado um desenvolvimento do Projeto. Atendendo solicitação da PBIO, o Governo do Estado forneceu todas as sementes para o ano agrícola 2011– 2012, isto contribuiu para se evitar o costumeiro atraso na entrega de sementes por este parceiro.

E com relação ao Complexo Castanhão, a necessidade de acompanhamento técnico especializado das empresas que confeccionam os projetos executivos contratados pelo Estado evidenciou-se como ponto crucial, já que erros nesses projetos atrasam ou até inviabilizam as obras de implantação. A contrapartida de recursos do Estado teve influência marcante para o aumento no percentual das metas atingidas

Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais – COPPE. Devido o significativo número de subprojetos pulverizados em todo o Estado dificultando um acompanhamento mais sistemático, recomenda-se de conformidade com a estratégia concebida para o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José III, concentrar novas liberações exclusivamente através de Chamadas Públicas, com base em Editais.

Além disto, constituir Equipe exclusiva para operacionalizar a conclusão do passivo do PSJ convencional em conjunto com os parceiros, com foco no acompanhamento, na capacitação e preparação para o acesso ao PSJ.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE. Apesar do bom desempenho das metas físicas atingidas, os serviços da ATER, carecem de melhorias, tanto nos seus aspectos qualitativos, como nos aspectos de frequência das ações extensionistas nas comunidades rurais. Ressalte-se que parte das deficiências, na qualidade e na frequência de ATER nas comunidades rurais, tem, como causa principal, a rotatividade dos técnicos de campo, contratados na forma de bolsistas (Agentes Rurais), por um período de apenas 03 anos, o que não permite aos mesmos se apropriarem de experiências suficientes, na prestação de ATER, para atuar com família rural. Este fato influencia, sobremaneira, a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes. Ante ao exposto, pode-se deduzir que existe uma correlação, entre qualidade de serviço de ATER e forma de contratação dos técnicos, e que a realização de Concurso Público é a solução, para resolver o problema citado.

Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE. A estratégia geral da sua ação é fortalecer as parcerias em diversas instâncias institucionais, com a participação efetiva de todos os atores envolvidos no processo, tais como: INCRA, prefeituras municipais, cartórios de registros de imóveis, federações e sindicatos de trabalhadores rurais, federação e sindicatos patronais e outras organizações da sociedade civil para, numa ação coordenada, levantar e mapear toda a estrutura fundiária local e regional, disponibilizando a sociedade e aos governos informações úteis sobre o meio rural mapeado, numa perspectiva de desenvolvimento transformador da realidade atual. Operacionalmente, o IDACE, é o órgão responsável pela execução do projeto, que tem como meta estratégica, a identificação e caracterização detalhada da malha fundiária dos municípios eleitos para, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo, promover uma melhor distribuição e destinação das terras públicas e privadas, diretamente beneficiadas pelo programa de Ação Fundiária, nos municípios que compõem os diversos territórios no Estado do Ceará.

Simultaneamente, a partir das informações geradas pelas operações de cadastro georreferenciado e de levantamentos jurídicos - dominiais, se executará um amplo processo de Regularização Fundiária, o qual ensejará a titulação de posseiros que se caracterizarem como agricultores familiares, pequenos produtores, pescadores e, outros grupos de famílias de trabalhadores da agricultura familiar, que necessitem de uma ação governamental dirigida ao processo de inclusão social. A gerência do projeto é do IDACE, sob a responsabilidade de sua Diretoria Técnica e de Operações, e conta com o apoio integral dos Núcleos de Gestão Fundiária, Cartografia, Geoprocessamento e Diagnóstico Fundiário e toda a equipe técnica dos Núcleos de Cadastro e Levantamento Fundiário e Titulação e Patrimônio Fundiário, como também, da estrutura de apoio administrativo e jurídico, além da responsabilidade da execução propriamente dita dos trabalhos atribuídos aos Núcleos Operacionais, principalmente no que diz respeito às licitações, contratações, acompanhamento e fiscalização do levantamento dos imóveis, recebimento e aprovação dos produtos gerados, geração de peças técnicas e execução de todos os processos relativos à regularização fundiária das posses legítimas.

Para execução desses projetos foram implantados Núcleos Operacionais Moveis - NOM's, estrategicamente distribuídos pelos territórios eleitos, cada um com a responsabilidade de execução dos mesmos em áreas predeterminadas, de acordo com a capacidade operacional do IDACE.